

DESCOLONIZANDO E DIALOGANDO COM  
MARA VIVEIROS, MARIA LUGONES  
E LÉLIA GONZALEZ  
qual o lugar de mulheres negras como trabalhadoras  
domésticas?

Alessandra Viviane Vasconcelos Bezerra<sup>44</sup>

**Resumo**

O presente ensaio objetiva debater e complexificar o pensamento de Lélia Gonzalez, Maria Lugones e Mara Viveiros Vigoya para se fazer uma análise crítica aprofundando o conceito de Quijano de “decoloniadade do Poder” para “decolonidade de gênero” de Lugones, e assim apreender os estudos e aportes decoloniais na práxis de mulheres negras como trabalhadoras domésticas na Amazônia paraense, particularmente, em Belém do Pará.

**Palavras-chave:** Pensadoras da decolonialidade; Mulheres negras; trabalhadoras domésticas.

---

<sup>44</sup> Mestranda em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1192342892394711>>. E-mail: [alessandra.viviane@yahoo.com.br](mailto:alessandra.viviane@yahoo.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Inicialmente se faz necessário e pertinente o debate dos estudos das teorias decoloniais para apreender o lugar de mulheres negras na democracia neoliberal e muito mais no contexto brasileiro, e local, na Amazônia paraense. A atual conjuntura política conservadora mostra um governo que exclui, que nega a raça, que nega a escravidão e definitivamente pretende apagar a construção da mulher negra em nossa sociedade.

O presente ensaio tem como base os estudos decoloniais e interseccionais sobre as lutas de resistências de mulheres que foram subjugadas a servidão e excluídas de todas as áreas da sociedade. Como aportes teóricos, utiliza-se as epistemologias das pensadoras decoloniais, como: Maria Lugones (2008), Mara Viveiros Vigoya (2009) e Lélia Gonzalez (2018ab), as autoras não nos dão apenas arcabouço teórico, mas suas ideias permitem um diálogo amplo não se limitado às teorias academicistas, como também na vivência da práxis para a análise acerca das mulheres trabalhadoras negras como trabalhadoras domésticas.

## 2. DIALOGANDO COM AS TEORIAS DECOLONIAIS

Antes de mais nada, compreender os estudos decoloniais nos posiciona e nos confronta com nossa própria história e nossa subjetividade, que foi simulada e roubada pelos colonizadores desde o Brasil colônia. Assim, é importante pensar qual o nosso lugar na invenção da história universalista e questionar sempre esse lugar, sobretudo na construção do “outro” como inferior, pois é desse lugar que Spivak (2010) desconstrói a submissão e a subalternidade, quando escreve “Pode o subalterno falar?” sobre os colonizadores que sempre escreverem a história. Logo, os estudos da decolonialidade é um exercício de construção de si mesmo, dos lugares que os brancos norte americanos e europeus reservaram ao resto do mundo, é uma desconstrução e construção de epistemologias que irá nos reconstruir como seres humanos.

O debate das teorias decoloniais é importante para entender o processo diaspórico em que nós mulheres negras, amazônidas, “amefricanas” passamos, parafraseando Lélia Gonzalez (2018b), da “América Ladina”. Conforme Lélia (2018b:321), somos todas americanas e não somente negras colonizadas, isso decorre do racismo que o sistema de dominação usou para apagar a nossa história como também a dos ameríndios. Baseada na psicanálise para formular seus estudos e teorias, Lélia usa o termo denegação para explicar o apagamento dos latinos da história e conceitua “Amefricanidade” para designar todas essas fusões de identidades e culturas trazidas da colonização que se formou após trazerem os negros e negras e forçá-los a uma escravidão e comercializá-los.

Para compreender os estudos decoloniais é necessário entender que estamos inseridas em um contexto do Sul Global, de diversidades com algumas semelhanças e com suas especificidades. Estamos em um processo contínuo de lutas e movimentos organizados para reivindicar autonomia, dignidade, humanidade, descolonizando, subvertendo e insurgindo. Conforme Claudia Pons Cardoso (2014), ao citar Lélia Gonzalez, a resistência aos poderes dominantes existe até mesmo na linguagem, remetendo ao “pretoquês” como língua, através da junção do português de Portugal e dos dialetos africanos dos povos da diáspora. Lélia Gonzalez vai reafirmando o quanto nossas subjetividades foram desconstruídas pelos colonizadores a partir de nossa comunicação, construindo estereótipos de que os negros não sabiam falar ou falavam errado, uma peculiaridade dos negros trocaram o *l* pelo *r*. Lélia, com toda sua perspicácia, subverte a norma culta e científica da língua portuguesa ao dizer que de fato não se levou em consideração a história, a cultura e as identidades negras para o processo de construção da modernidade em que estava inserida a América Latina e o Caribe, pois tudo foi imposto na cultura europeizada: a linguagem, o comportamento e a religião. Logo, para dar continuidade ao legado de Lélia Gonzalez (2018a) e seus estudos decoloniais no intercâmbio com outros intelectuais, é necessário compreender as práticas políticas feministas para se achar o lugar das negras e indígenas brasileiras colonizadas e construir epistemologias negras.

Dialogar com os estudos das teorias feministas descoloniais no contexto de mulheres não brancas, observar suas experiências e suas vivências – diferentemente das mulheres do

feminismo hegemônico – é relevante para se complexificar e debater sobre o lugar da mulher negra e não branca. Como afirma Lugones (2008), no sistema moderno colonial de gênero, a qual conceitua em seu artigo “Colonialidade e Gênero”, uma crítica a Aníbal Quijano (2005) sobre o conceito de “Colonialidade de Poder”, faz uma análise interseccionalizando os conceitos de: gênero, raça classe e sexualidade, o qual Quijano não observou, ao fazer suas análises históricas tratando o gênero como um homem branco europeu.

Em primeira análise, Lugones (2008) chama a atenção para as indiferenças dos homens para as mulheres de cor, mulheres não brancas, e no acordo entre o Estado e o patriarcado formados por homens brancos. Destaca ainda, que os homens brancos fizeram acordos com os homens negros e os homens indígenas para submeterem à categoria mulher a exclusão de todas as esferas de decisão da sociedade. É a partir das articulações de raça levantadas por Quijano (2005) que Lugones (2008) aprofunda sua análise, para autora a construção de raça subjugou a mulher, como também o gênero, a classe e sua sexualidade, o que foi possibilitado pela criação de um “sistema moderno colonial de gênero” que deu a mulher o lugar subalterno, invisibilizado e até mesmo não humano e à mulher branca, coube o lar, embora submissa ao homem branco, à mulher negra coube o lugar de colonizada, objetificada.

Como afirma Lugones (2014), com essa estrutura bem definida no capitalismo global, às relações de poder que controlam a autoridade coletiva, o trabalho, a subjetividade e as intersubjetividades foram estruturadas para subjugar as mulheres colonizadas, negras e não brancas ao controle do gênero, da raça, classe e sua sexualidade, restando a elas o pior lugar da sociedade, o lugar subalterno. De acordo Quijano (2005), o trabalho precário serve ao capitalismo global não apenas pela raça, mas pelo gênero, classe e sexualidade, com isso possibilita um sistema de poder, uma colonialidade sofisticada, uma vez que trabalha com a subjetividade nos “interiores das relações subjetivas que perduraria” por séculos. (Lugones 2008:79).

Portanto, o patriarcado europeu deteve a construção do conhecimento dando a eles o aval para sua modernidade e a construção do “outro”, os outros povos eram “diferentes”, “primitivos”, universalizando o conhecimento, o poder, para a partir daí orquestrar o avanço

do capitalismo em escala global. A partir da colonização houve o saque dos recursos naturais dos países colonizados, tornando-os dependentes economicamente. A massa de mulheres e homens que foram escravizados passaram a servir ao capitalismo global e na percepção de Lugones a mulher, em geral, perdeu sua autonomia, sua subjetividade e por séculos os europeus detiveram o posto de homens civilizados e modernos, “dando as cartas”. É nesse ínterim que surgem os estudos descoloniais, como resistência ao processo de colonização dos corpos, dos saberes e do ser, o que o feminismo branco europeu hegemônico não observou nas mulheres colonizadas - a interseccionalidade: os marcadores das diferenças que atravessam as vidas de mulheres negras e não brancas.

Em seu artigo “Rumo a um feminismo descolonial”, Lugones (2014) expõe a dicotomia que está inserida na modernidade capitalista, por onde perpassa sua estrutura conectiva e envolve todas as esferas da sociedade para obter o controle. Assim, é importante compreender toda a estrutura perversa de controle no interior das relações intersubjetivas para escravizar, objetificar e subjugar (Lugones 2008), já a respeito dos indígenas, tem o caso de descartá-los até que morram (Quijano 2005). É no processo de descolonização que Lugones (2014) adverte a nos desconstruirmos e pensar a partir do lugar da subalternidade.

As pensadoras e teóricas da decolonialidade estavam buscando não apenas teorias que explicassem sua posição na história, como também compreender o processo de racismo que as mulheres negras sofriam, e que as mulheres brancas reproduziam, pois elas sofriam o preconceito de gênero das mulheres brancas, portanto se complementa o racismo. Para Mara Viveros Vigoya (2009), o feminismo negro vai exemplificar que essa foi uma das diferenças de mulheres negras sentirem a opressão por serem mulheres, por serem negras, somando-se a isso vários marcadores da diferença, tais como: negras, pobres e lésbicas.

Os estudos de Mara Viveros Vigoya (2009) e sua pesquisa denominada de genealogia apresenta várias contribuições aos estudos de mulheres pesquisadoras, abrangendo a raça, o gênero, o sexo e a classe. A autora, faz um referencial teórico rico em detalhes pertinentes e relevantes para explicar o debate dos estudos interseccionais no contexto da América Latina, e para os estudos decoloniais em “La Sexualización de lar aza y la racionalización de la sexualidade em el contexto Latinoamericano Actual”, de 2009.

Em síntese, Maria Lugones, Lélia Gonzalez e Mara Viveros Vigoya trazem em suas epistemologias o caráter de resistências desconstruindo os mitos de que o Brasil e a América Latina foram construídas, formuladas, inventadas em uma democracia racial a partir da miscigenação pacífica, que aborda um pensamento de saberes subalternos, não academicista, mas subversivo, que desconstruem todo essencialismo euro americano, de uma história única. Lugones (2008), ao citar Oyéronké Oywùme (1997), desconstrói o termo “gênero” que o ocidente formulou para subjugar o lugar de mulheres, principalmente racializadas, e que tais diferenças de gêneros não são encontradas em culturas como a Yoruba. Lugones (2008) não deixou passar em branco toda a estrutura em que se estabeleceu a dominação do colonizador e se estruturou o racismo, a não humanização do outro, de mulheres negras, indígenas, a submissão em um pacto com os homens negros e indígenas. A desconstrução da colonialidade de gênero e a modernidade se baseou, se formou e cresceu para expandir um capitalismo global pela dominação da subjetivação nos interiores das interações.

Consequentemente, o processo do subalterno falar, não somente as intelectuais, ativistas, mas passar a ouvir as mulheres não acadêmicas e suas práticas feministas no decorrer do processo de descolonização, é a produção de saberes e práticas políticas vividas no cotidiano para recuperar a autonomia e a dignidade, a integridade e a autodeterminação, como afirma Lugones (2008). Compreender que a democracia iluminista europeia, a luta de classes, as leis trabalhistas não foram feitas para nós mulheres negras da diáspora e a nós foi condicionado o servir, o escravismo, o não lugar, ser não humano, servir os homens negros e brancos, aos milionários, e por fim os ultraneoliberais do capitalismo moderno global, a partir dessa colonialidade do poder e gênero (Lugones 2008). Enfim, descolonizar o pensamento é uma prática constante para nós mulheres não brancas, mulheres de cor, mulheres colonizadas, é uma prática para se construir saberes, epistemologias negras para elucidar e formular resistências contra a imposição de saberes dominantes e universalistas.

### **3. O LUGAR DA MULHER NEGRA E O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO – TDR**

Primeiramente, para abordar a decolonialidade e os estudos de interseccionalidade a fim de entender o universo das trabalhadoras domésticas, na conjuntura do Brasil do século XXI, se faz necessário voltar ao Brasil colônia e como foi construída a imagem da mucama permitida. Na linguagem de Lélia Gonzalez, entender a negra passiva e mãe preta, é imprescindível e extremamente necessário para situar as trabalhadoras domésticas como resquícios de um Brasil colonial e escravistas que sofreu um processo tardio abolicionista, tendo mantido suas raízes e estruturas, como afirma Aníbal Quijano, na invenção da raça.

Logo, aplicar os conceitos de interseccionalidade é pertinente, pois na interpretação de Mara Viveros Vigoya (2009), Crenshaw (2005) cunhou o termo com o objetivo de fazer evidente a invisibilidade jurídica de mulheres negras. Portanto, aplicando o conceito para trabalhadoras domésticas no Brasil em busca de leis trabalhistas que regulem sua situação, a qual sua posição está baseada na intersecção de raça, em sua maioria mulheres negras, classe, mulheres pobres, periféricas e com pouco anos de estudo. Mais de 95% são mulheres e 65% são mulheres negras ocupadas no serviço doméstico<sup>45</sup>.

Contudo, o contexto de normalizar um serviçal, no convívio de um lar, para servir famílias de classes médias e altas, só reforça o peso do passado do escravismo, do racismo e do sexismo na vida de mulheres, em sua maioria negras, que servem famílias do Norte ao Sul do Brasil. Lélia Gonzalez trouxe o debate na academia com maestria, complexificando desde os anos de 1970-80 e ainda hoje se torna um debate com avanços e recuos.

Viveros (2016) ao citar Dorlin (2009) analisa que a interseccionalidade na perspectiva jurídica reduz o alcance político e teórico, no entanto a questão das trabalhadoras domésticas está além de uma formalização das leis das classes trabalhadoras, pois com a formalização elas sairão da posição de serviçais, passando a ter direitos trabalhistas implementados e garantidos pela constituição. As formas de opressão se baseiam não apenas no racismo e sexismo, mas em um passado colonialista que foi engendrado pelas elites colonialistas a um Brasil como nação, o que remete a escrava e a mucama. Para Lugones (2008) as opressões baseadas no racismo acontecem no interior das relações intersubjetivas,

---

<sup>45</sup> TDR - Trabalho doméstico no Brasil, gráfico que exemplifica as estatísticas de 2019 e 2021 - Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html> >

ou seja, criam opressões que formulam práticas antigas que irão normalizar o lugar da mulher negra e pobre em um lugar precarizado, no íntimo dos lares. Nesses espaços existem práticas e relações de poder e afetos que se misturam e se confundem, fazendo a mulher se submeter por considerar aquela família também sendo sua, mas essa mesma mulher não tem parte na herança daquela família, logo fica explícito, as relações de submissão e de hierarquias, estabelecer uma relação trabalhista, em que as partes devem se basear na CLT e formalizar a trabalhadora, com isso as relações de submissões, as relações de poder sobre o outro serão formalizadas e amparadas por lei. No entanto, em faltas de políticas públicas e na crise política e econômica da conjuntura atual do país, se constata com o desemprego em alta, as mulheres tendem a ser trabalhadoras domésticas, pois são serviços que estão disponíveis e em sua maioria na informalidade.

A trabalhadora doméstica belenense reside nas periferias, é negra e com baixa escolaridade. Essa mesma trabalhadora, já apresenta uma idade, segundo pesquisa está envelhecendo, apesar das pesquisas mostrarem 13 milhões de meninas acima de 16 anos no serviço doméstico, elas quase não aparecem nas capitais.

Inicialmente encontrar a trabalhadora doméstica negra na cidade de Belém, é tarefa fácil, são quase 200 mil trabalhadoras domésticas<sup>46</sup>, Belém conta hoje com uma população de 1.506.420 pessoas, população estimada segundo o IBGE (2021). A região Norte tem 13,2% de mulheres acima de 16 anos ocupadas no serviço doméstico remunerado informal entre mensalistas e diaristas.

As trajetórias do TDR é a de meninas oriundas dos interiores para a capital, não é diferente com a capital de Belém, porém Belém e o Estado do Pará foram por longos anos responsáveis por migrações para os restantes do Brasil, principalmente o eixo sul e sudeste, nessa época, como afirma Pinheiro *et al.* (2019), era comum elas residirem onde trabalhavam. Atualmente, esse perfil sofreu uma mudança pelas lutas travadas pelas sindicalistas, como registra Cal & Brito (2020) nas regulamentações das leis que tentavam denunciar práticas abusivas que permeavam e ainda permeiam as trabalhadoras domésticas.

---

<sup>46</sup>Dados do DIEESE/PA Disponível em: < <https://www.oliberal.com/belem/trabalho-dom%C3%A9stico-no-par%C3%A1-absorve-200-mil-pessoas-mas-ainda-sofre-com-desvaloriza%C3%A7%C3%A3o-1.123785> >

A Categoria das trabalhadoras domésticas vem em movimento sindicais articuladas travando lutas e tem avançado com implementações de leis que as equiparam aos trabalhadores da CLT, mais precisamente com a “PEC das Domésticas”, como ficou conhecida a Lei Complementar 150 de 01/06/2015.

Contudo, em avanços e recuos se prosseguem as reivindicações, as ativistas e acadêmicas militam constantemente e a sociedade tem colocado o debate nos centros dos poderes na luta por direitos trabalhistas merecidos e que foram negados no passado, mantendo essas trabalhadoras a estigmas de servidão, de subjugação, de subalternidade, invisibilidade e na desvalorização dos serviços domésticos por consideram não serem serviços que agregam estudos, pois toda mulher, deve saber e estar condicionada a fazer. Logo, trata-se de uma questão de gênero ligada ao racismo e a classe, daí a vergonha dessas trabalhadoras se reconhecerem como trabalhadoras dignas de seus salários e salários justos, porque estão expostas a humilhações, jornadas exaustivas, morar no local de trabalho, a senzala do século XXI, o que as faziam e fazem se submeterem em busca de seus sustentos, ao mesmo tempo que fazem o serviço domésticos em sua casa ou também precisam terceirizar o cuidado com os filhos.

Portanto, a colonialidade de gênero para Lugones (2014) reflete essa subjugação a qual o capitalismo as condicionou, um lugar subalterno, invisível e que jamais se pode sair de lá. É conveniente que essas trabalhadoras servem às mulheres brancas que investem em suas carreiras e estão em posições de destaques no mercado de trabalho. Conforme Lugones (2008) há um abismo de diferenças e desigualdades entre as mulheres de classe altas, em sua maioria brancas, e mulheres negras. Os estereótipos das mulheres negras, ora a mulata sensualizada ora a mucama, criados de acordo com o interesse das classes dominantes e do capitalismo são questões centrais na pesquisa de Gonzalez (2018ab). Sobre o lugar da mulher negra no mercado de trabalho, Lélia Gonzalez sabia muito bem o que dizia, eram as vivências de mulheres negras a serem discutidas e debatidas na academia. A mãe preta, era essa mulher que educava as crianças das famílias brancas, a que dava o leite, remetendo-o ao passado colonialista, segundo Gonzalez (2018ab). Assim, a autora desconstrói os lugares de mulheres ao citar em seus textos acadêmicos, denunciando racismo, sexismo e classismo que envolvem

e imbricam as relações raciais de trabalho, denunciando a perversidade em que se encontra o racismo como prática que oprime e desumaniza mulheres negras e as condiciona a subalternidade.

Para o pensamento de Lugones (2008) as mulheres estão construindo autonomia e espaços de resistências para viverem com dignidade, mesmo quando não estão em sindicatos elas já sabem que as leis foram estabelecidas e negociam horas trabalhadas e salários, elas não querem ascender ou mudarem de lugar como o capitalismo e a meritocracia trabalham. Portanto, a trabalhadora doméstica remunerada precisa ter seus direitos implementados que foram garantidos pela constituição, é uma questão de lutas e descolonizações de pensamentos, como reafirma Lugones (2014).

## Referências

- Cal, D. G. R.; Brito, R. de S. (org.). 2020. *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico*: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba. CRV. p.272
- Cláudia, P. C. 2014. Amefricanizando o Feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis 22(3):320, setembro-dezembro. p.965-986.
- Gonzalez, L. 2018a. Por um Feminismo Afrolatinoamericano. In: *Primavera das Rosas Negras*. Editora Filhos da África. 1ª Edição. p.307-320
- \_\_\_\_\_. 2018b. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: *Primavera das Rosas Negras*. - Editora Filhos da África. 1ª Edição. pág. 321-334
- Pinheiro, L.; Goes, F. L.; Rezende, M; Fontoura, N. de O. 2019. Os desafios do passado do trabalho doméstico do século XXI: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.
- Lugones, M. 2008. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre.
- \_\_\_\_\_. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, p. 935-952.
- Quijano, A. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. 2010. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte. Ed. UFMG. p.174
- Vigoya, M. V. 2009. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. In: *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*. Vol. 1, enero – diciembre. p. 63 – 81.
- \_\_\_\_\_. 2016. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. In: *Debate Feminista*, 52. México, octubre. p.1-17.